



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002271-11.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação**
 Requerente: **Gislaine Garcia Zapata**
 Requerido: **Marmoraria Grã Mar e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido mercadorias da primeira ré, a qual é parceira da segunda ré, mas como as rés não as entregaram no prazo estipulado sustou os cheques dados como pagamento pela transação.

Alegou ainda que a segunda ré protestou indevidamente tais cártulas, de sorte que almeja à declaração da inexigibilidade do débito a elas relativo, bem como o recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada em contestação pela segunda ré não merece acolhimento.

Isso porque foi ela quem promoveu os protestos cuja sustação a autora postula (fls. 19/20 e 27), circunstância que por si só viabiliza sua permanência no polo passivo da relação processual.

Rejeito a prejudicial arguida, pois.

No mérito, extrai-se dos autos a existência de duas relações jurídicas.

A primeira envolve a autora e a primeira ré, referindo-se à venda de mercadorias firmada entre ambas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Já a segunda concerne à autora e à segunda ré, atinando aos protestos dos títulos dados para pagamento do negócio antes mencionado.

Quanto àquela, não permite maiores digressões porque restou positivado que a venda ligada ao documento de fl. 09 restou prejudicada pela falta de entrega das mercadorias compradas pela autora.

Entretanto, é relevante observar desde já que a segunda ré não teve participação nessa transação e sua eventual condição de fornecedora da primeira ré por si só à evidência não a vincula a ela.

Ademais, como o pedido exordial guarda pertinência em última análise com os protestos dos cheques, tidos por indevidos pela autora e geradores a ela de danos morais, sobre eles recai o aspecto principal a demandar exame.

A propósito, a segunda ré apresenta-se como terceira em face da relação jurídica de origem, cuja boa-fé é presumida e não foi refutada por elementos consistentes.

A jurisprudência sobre o tema é assente:

“Declaratória de inexigibilidade. Cheque. Apontamento a protesto por terceiro. Negócio subjacente. Pagamento de prestação de serviços parcialmente realizados. Irrelevância na espécie. Circulação do título que impede a oposição das exceções pessoais ao terceiro de boa fé. Art. 25 da Lei do Cheque. Princípio não modificado pelo Código de Defesa do Consumidor. Recurso improvido” (Apelação nº 9111035-31.2008.8.260000, 17ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ERSON T. OLIVEIRA**, j. 25.04.2012 – grifei).

“Ação de anulação de títulos de crédito e medida cautelar de sustação de protesto – Hipótese de aplicação do princípio da inoponibilidade das exceções pessoais a terceiro de boa fé – Inexistência de provas de que o réu, ao receber o cheque, tenha agido com má-fé – Caso em que não há notícia da presença de irregularidade formal na cártula, tampouco a autora nega a sua emissão – Sentença reformada – Recurso provido” (Apelação nº 9219764-59.2005.8.26.0000, 38ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **RENATO RANGEL DESINANO**, j. 25.04.2012 – grifei).

Tal orientação aplica-se com justeza à espécie dos autos, não tendo a autora demonstrado concretamente a má-fé da segunda ré.

Se porventura houve desacertos entre a autora e a primeira ré isso evidentemente como já assinalado não projeta reflexos à segunda ré ou afeta de algum modo sua esfera jurídica.

Nem se diga que a primeira ré teria pago a ela os valores de pelos menos dois dos três cheques protestados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O documento de fl. 103 não contém nenhum dado objetivo para firmar convicção de que o pagamento nele cristalizado tivesse liame específico com as cédulas questionadas nos autos, não se podendo olvidar que a segunda ré comprovou satisfatoriamente a posse de vários outros títulos recebidos da primeira ré (fls. 126/127).

Isso denota que inexistente lastro minimamente sólido para a conclusão de que aquele documento (fl. 103) se referisse à percepção de valores dos cheques tratados nos autos.

O quadro delineado conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Não se vislumbrou a prática de ato ilícito da segunda ré ao protestar os cheques que recebeu como terceira de boa-fé da primeira ré, de sorte que esse ato há de prevalecer, além de não gerar danos morais à autora passíveis de reparação.

Por fim, e na esteira de todas as considerações já expostas, o pedido contraposto apresentado pela segunda ré merece prosperar, permanecendo em aberto a dívida da autora a partir da emissão regular dos cheques, o que, aliás, não foi controvertido em momento algum.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar a autora a pagar à segunda ré a quantia de R\$ 1.350,00, acrescida de correção monetária, a partir da emissão de cada cheque que a perfez, e juros de mora, contados da citação.

Caso a autora não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno sem efeito a decisão de fl. 28.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 03 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**